

MP apura irregularidade

CEDOC/TONY WINSTON/10.03.2004

Procurado pela reportagem do **Jornal de Brasília**, o comandante da PM do DF, coronel Antônio Cerqueira, confirmou ter recebido um relatório do Centro de Suprimento e Manutenção (CSM) citando gastos no órgão. Contudo, não poderia precisar se o documento fazia referência ao superfaturamento na revisão de viaturas. "Recebi um bojo de documentos dia 11 último, mas não sei a que se referiam e encaminhei, no dia seguinte, para a Corregedoria-Geral", afirma.

O corregedor-geral, coronel Francisco das Chagas Maia, confirmou ter recebido documento do comandante-geral com as denúncias, dia 16, para que o caso seja investigado. Ele está analisando, mas resumiu: "O caso não é apenas grave, mas gravíssimo".

Segundo Maia, a corregedoria vai instaurar Inquérito Policial Militar (IPM) caso haja indício de crime militar. Também poderá ser aberta sindicância para que seja feita uma tomada de contas nos gastos das revisões das viaturas Mitsubishi L-200 e Santana. O IPM e a sindicância podem ser instaurados ao mesmo tempo.

Se for aberto IMP, a corregedoria terá 40 dias para apurar a responsabilidade e o prejuízo causado aos cofres públicos. Se a decisão for pela sindicância, o caso será concluído em 30 dias. Ambos poderão ser prorrogados por igual período até a conclusão final. "A coisa não pode ficar oculta e a imprensa tem que divulgar os fatos para se apurar com afinco", afirma.



■ RAINHA: TCU DEVE ABRIR INSPEÇÃO PARA APURAR DENÚNCIA

■ Corrupção

A Promotoria de Justiça do Ministério Público Militar e o Tribunal de Contas instauraram procedimento para apurar e comprovar as denúncias. Tanto o promotor de Justiça Mauro Faria de Lima quanto o conselheiro Antônio Renato Alves Rainha estão investigando o caso.

Ontem, a Promotoria ouviu o coronel Eraldo Marques Viegas, ex-comandante do CSM, autor do relatório apontando as irregularidades no setor. Os oficiais citados também serão intimados a prestar depoimento. A quebra do sigilos fiscal e telefônico deles será pedida à Justiça.

O promotor Mauro Lima disse que se as denúncias ficarem comprovados, há cri-

mes de corrupção passiva e ativa, previstos no Código Penal Militar. As penas variam de dois a oito anos e de um a oito anos de reclusão, respectivamente. Ele confirmou ter recebido o documento, deixado por um soldado, semana passada. "É um assalto ao erário", disse.

O conselheiro Renato Rainha encaminhou representação ao presidente do Tribunal de Contas, Paulo César D'Ávila, pedindo a abertura de inspeção urgente na PM para apurar as denúncias de superfaturamento na revisão das viaturas da instituição. "Vamos coletar documento e informações, visando a comprovar a veracidade das denúncias que o caso requer", disse Rainha.

Colaborou: Laécio Alencar